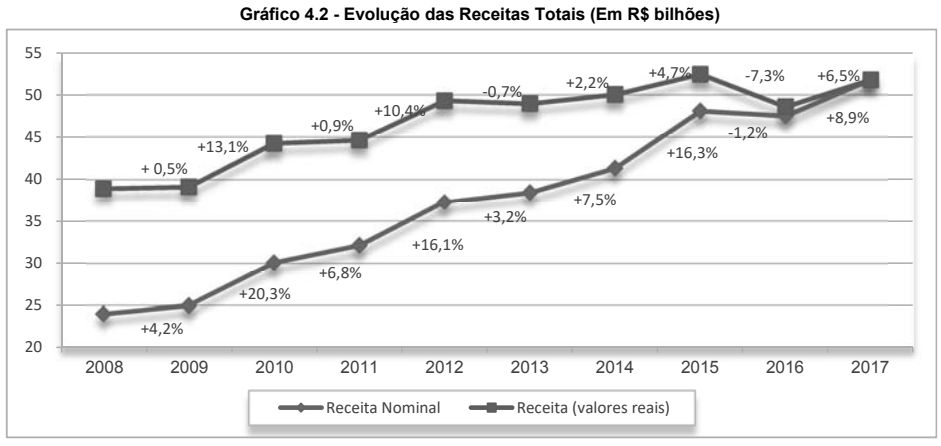
*Comparação entre o arrecadado em 2017 e o corrigido de 2016

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 60.

Nas Receitas Correntes, o excesso de arrecadação na Receita Tributária (R$ 538 milhões) compensou a insuficiência de arrecadação nas Transferências Correntes (R$ 454 milhões), de acordo com o RAF. Por outro lado, nas Receitas de Capital deixaram de ser arrecadados R$ 3,8 bilhões dos R$ 4,9 bilhões previstos, o que resultou na insuficiência geral de arrecadação da ordem de R$ 2,9 bilhões. As Receitas de Capital apresentam um histórico de insuficiência de arrecadação.

A Auditoria destaca que, na comparação com 2016, a Receita municipal aumentou 6,5%, em termos reais, impulsionada pelo aumento das entradas não recorrentes do PPI 2017 (R$ 1,4 bilhão a mais) e dos Depósitos Judiciais (R$ 790 milhões a mais).

Gráfico 4.2 - Evolução das Receitas Totais (Em R$ bilhões)



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 62.

Descontados os efeitos das principais Receitas não recorrentes, a variação da Receita Corrente efetiva é reduzida de 7,8% para 3,1%, em termos reais, e a Receita total, de 7,0% para 2,4%, de acordo com o RAF.

Quadro 4.3 - Receitas arrecadadas em 2016/2017 (Em R$ milhões)

Receita (1)	2016	2017	? nom.	?% nom.	?% real
Receitas Correntes	44.183	48.728	4.545	10,3	7,8
(-) Não recorrentes (Parcelamentos PPI)	779	2.162	1.383	177,5	171,4
(-) Não recorrentes (Depósitos Judiciais)	366	1.165	799	218,4	211,3
(=) Receitas Correntes recorrentes	43.038	45.401	2.363	5,5	3,1
(+) Receitas de Capital	1.358	1.086	(272)	-20,0	-21,8
(=) Receita ajustada	44.396	46.487	2.091	4,7	2,4

(1) Deduzidas as Receitas Intraorçamentárias.

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 63.

Receitas tributárias

Segundo a Auditoria, a melhora no cenário econômico também influenciou na reversão da queda registrada no exercício anterior nas Receitas tributárias. Em 2016, a Receita do ISS recorrente decresceu, em termos reais, 6,1% (- R$ 783 milhões). Em 2017 ela aumentou 4,4% (+ R$ 528 milhões).

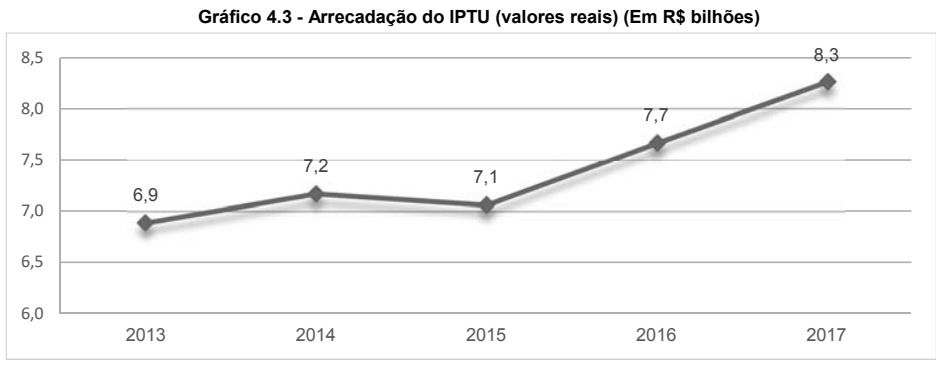
Quadro 4.4 - Arrecadação do ISS – Valores reais (Em R$ milhões)

ISS	2013	2014	2015	2016	2017	? % 17/16
Recorrente	12.798	13.682	12.829	12.046	12.574	4,4
PPI	26	24	330	103	297	187,5
Total	12.824	13.705	13.159	12.149	12.871	5,9

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 63.

A Auditoria também destaca o aumento de 7,7% no IPTU (+ R$ 591 milhões), em termos reais, refletindo principalmente a atualização monetária de 6% imposta pelo Decreto Municipal nº 57.560/16 e os efeitos escalonados da atualização da planta genérica de valores, ocorrida em 2013.

Gráfico 4.3 - Arrecadação do IPTU (valores reais) (Em R$ bilhões)



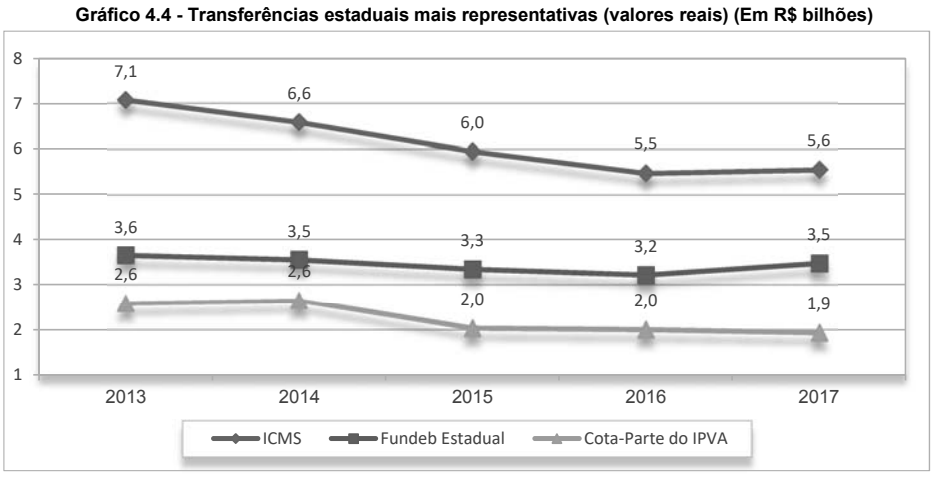
Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 63.

O RAF aponta que o aumento do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, da ordem de 11,6%, em termos reais, decorreu, dentre outros, dos seguintes fatores: acréscimo das Despesas com pessoal inativo, falta de reajuste da tabela do imposto de renda e mudança, no caso dos servidores que tiveram aumento salarial, para faixa de alíquotas de recolhimento superiores.

Transferências Correntes

De acordo com o Relatório, as Transferências Correntes da União mantiveram-se estáveis em R$ 2,6 bilhões. Já nas Transferências Estaduais, após longo período de declínio, em decorrência da recessão econômica, as Transferências do ICMS apresentaram aumento real de 1,5% e, por outro lado, a arrecadação do IPVA, apresentou redução, de 3,3%. O repasse do Fundeb cresceu 7,8%, repercutindo a maior quantidade de alunos na educação infantil e o aumento de 5% no valor mínimo por aluno.

Gráfico 4.4 - Transferências estaduais mais representativas (valores reais) (Em R$ bilhões)



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 64.

Outras Receitas Correntes

Dívida ativa

Segundo a Auditoria, os PPIs abertos para regularização dos débitos dos contribuintes inscritos ou não em Dívida Ativa mostraram-se relevantes para a arrecadação, notadamente em 2015 (R$ 2,1 bilhões) e em 2017 (R$ 2,2 bilhões).

Depósitos judiciais

Conforme o RAF, em 2017, R$ 1,2 bilhão de depósitos judiciais foram convertidos em Receita orçamentária da PMSP, destinados ao pagamento de precatórios judiciais. Esse montante representa um acréscimo de R$ 790 milhões em relação ao arrecadado em 2016, em termos reais.

Multas de trânsito

De acordo com o Relatório, as Multas de Trânsito representaram, em termos reais, R$ 358 milhões de acréscimo em relação a 2016. Nos últimos dois exercícios houve aumento de 75,4%.

Em 2016 a quantidade de multas aumentou em razão da fiscalização eletrônica. Já em 2017 a quantidade de multas aplicadas foi menor que em 2016, mas, ainda assim, houve aumento da arrecadação de 24,1%, em termos reais, como reflexo da correção promovida a partir de 01/11/16 nos valores unitários, em percentuais que variam de 52,9% (infração média e grave) a 66,1% (infração leve).

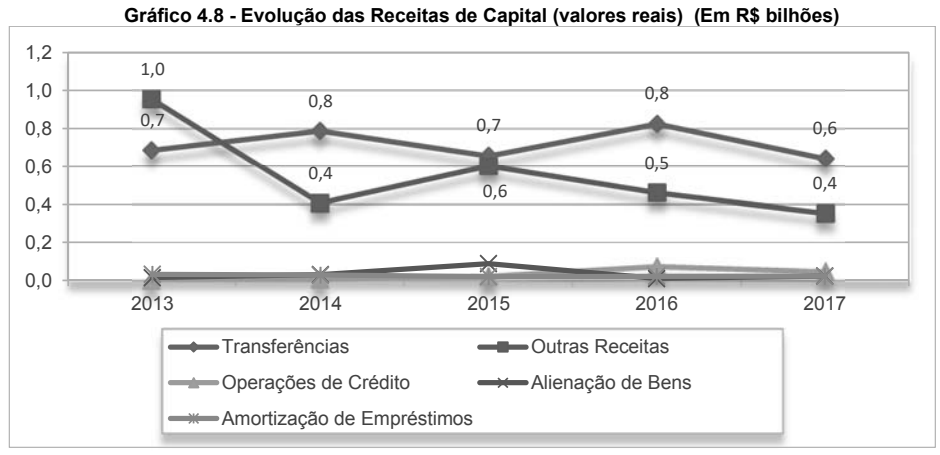
Receitas de contribuições, patrimonial e de serviços

A Auditoria destaca a redução de 34,2% da Receita patrimonial, em termos reais. Cerca de 78% da Receita patrimonial é constituída pelos rendimentos de aplicação financeira, os quais foram reduzidos em R$ 480 milhões, na comparação com 2016, tendo em vista a redução da taxa Selic.

Receitas de Capital

A arrecadação das Receitas de Capital foi reduzida em 23,9%, em termos reais, refletindo principalmente a queda nas Transferências de Capital da União, segundo o RAF. Os recursos arrecadados com a Operação Urbana Faria Lima (Leilão de Cepacs) passaram de R$ 16 milhões, em 2016, para R$ 64 milhões, em 2017. As demais Operações Urbanas repetiram o ocorrido no exercício anterior e nada arrecadaram. Contudo, a Origem argumenta que as Operações Urbanas Água Branca e Faria Lima tiveram os recursos bloqueados por ação judicial (fls. 598) e que o saldo integral da Operação Urbana Água Espraiada deverá ser utilizado até meados de 2019 (fls. 599).

Gráfico 4.8 - Evolução das Receitas de Capital (valores reais) (Em R$ bilhões)



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 68.

CRÉDITOS ADICIONAIS

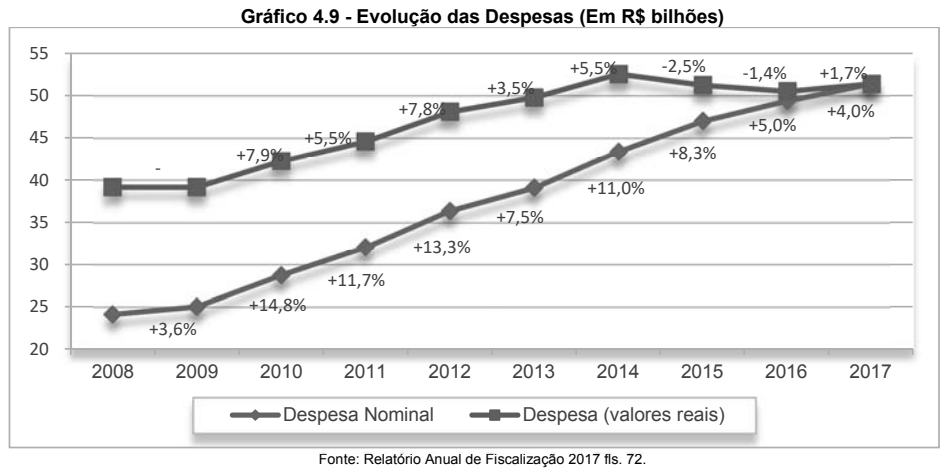
De acordo com o Relatório, em 2017, o orçamento consolidado do município, originalmente aprovado em R$ 54,7 bilhões, foi acrescido de R$ 163,2 milhões por conta de créditos adicionais abertos com recursos do superavit financeiro de exercício anterior. Além disso, foram abertos R$ 6,7 bilhões tendo como fonte a anulação de dotações.

A Auditoria aponta que os créditos adicionais suplementares abertos entre entidades distintas não figuraram nas contas do respectivo subgrupo, estando os valores classificados em contas representativas de descentralização orçamentária. Além disso, não foi implementado no SOF um módulo para acompanhamento dos limites de abertura de créditos adicionais, bem como parâmetros que possam identificar alterações que oneram ou não esse limite, segundo os critérios definidos na Lei Orçamentária Anual.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

As Despesas realizadas pelo Município em 2017, da ordem de R$ 51,4 bilhões, representa aumento real de 1,7%, em comparação com o exercício anterior, segundo o Relatório.

Gráfico 4.9 - Evolução das Despesas (Em R$ bilhões)



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 72.

A Auditoria ressalta que as reduções em 2015 e em 2016 refletiram os menores desembolsos com a dívida pública, em razão da renegociação do contrato de refinanciamento da dívida com a União. Em 2016, destacou-se, também, a redução dos investimentos. Já em 2017, os gastos com Educação, Saúde e, notadamente, Previdência impulsionaram o aumento das Despesas Correntes, o que resultou no aumento geral das Despesas.

Quadro 4.8 - Empenhos por categoria econômica (Em R$ milhões)

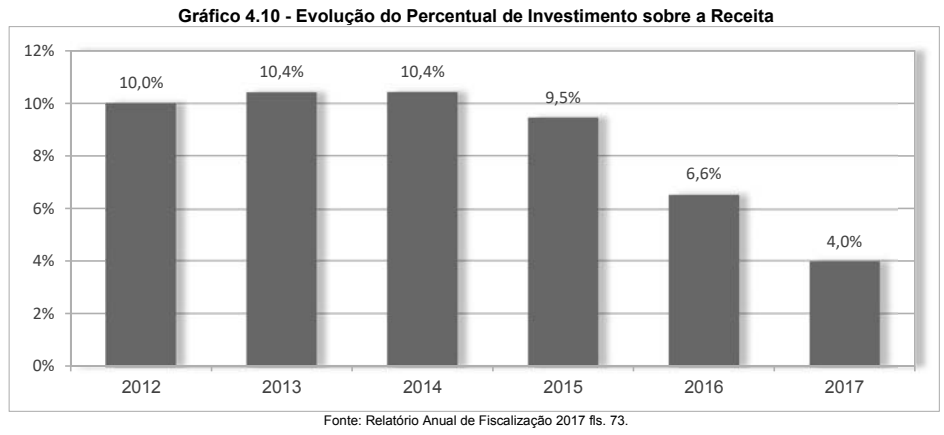
Empenhado	2016	2017	% Vert.	? nom.	?% nom.	?% Real
Despesas Correntes	42.466	45.361	88,23	2.895	6,8	4,4
Despesas de Capital	4.977	4.068	7,91	(909)	-18,3	-20,1
Subtotal	47.443	49.429	96,14	1.986	4,2	1,9
Despesas – intraorçamentárias (*)	1.979	1.985	3,86	6	0,3	-1,9
Total	49.423	51.414	100	1.992	4,0	1,7

(*) Modalidade de Aplicação nº 91 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 73.

Enquanto as Despesas Correntes aumentaram 4,4%, as Despesas de Capital sofreram queda real de 20,1%, como reflexo da redução de investimentos na cidade, que atingiu o menor percentual sobre a Receita dos últimos exercícios, de acordo com o RAF.

Gráfico 4.10 - Evolução do Percentual de Investimento sobre a Receita



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 73.

Economia orçamentária

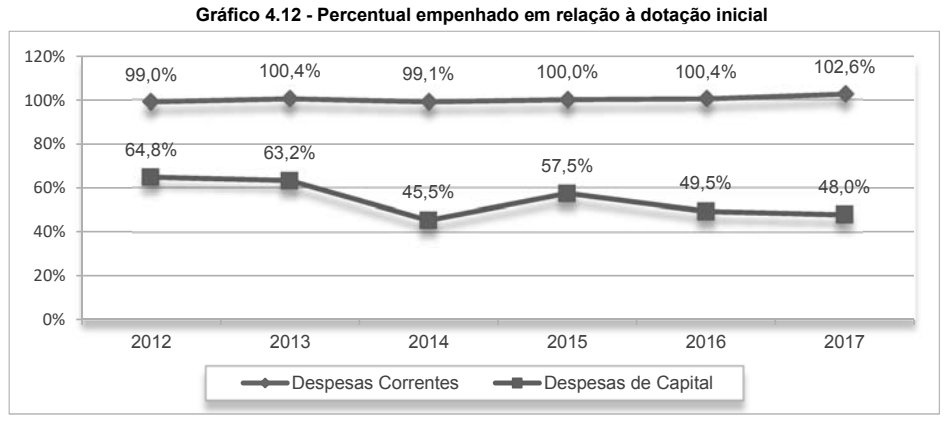
Segundo o Relatório, em 2017, houve economia orçamentária de 3,4 bilhões.

Quadro 4.10 - Economia Orçamentária	(Em R$ mil)
Despesa	Valor
(A) Fixada	54.694.563
(B) Atualizada	54.857.745
(C) Empenhada	51.414.029
(B-C) Economia Orçamentária	3.443.716

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 74.

A Auditoria ressalta que ao contrário da Despesa Corrente, cuja realização vem ocorrendo em consonância com os valores totais fixados, o Município demonstra, ao longo dos anos, dificuldade para a realização das Despesas de Capital.

Gráfico 4.12 - Percentual empenhado em relação à dotação inicial



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 75.

Despesas por Função de governo

A Auditoria destaca que, no Balanço Orçamentário, as oito maiores funções de governo responderam por 88,5% dos gastos totais do Município em 2017.

O Relatório ressalta que os gastos com a Função Educação, maior Despesa do Município, mantiveram-se estáveis nos últimos exercícios e a representatividade da Função Saúde aumentou gradativamente, passando de 18,3% para 20,7%. Já a Previdência Municipal representava, no ano de 2012, 12% das Despesas municipais e passou para 17,3%, repercutindo o aumento dos gastos com aposentadorias e pensões dos servidores, de R$ 5 bilhões para R$ 8 bilhões (+ 60%), em termos reais. Na Função Transporte, os gastos passaram de 6,7% para 9,2% em decorrência do aumento do subsídio (compensações tarifárias), que passou de R$ 1,3 bilhão para R$ 2,9 bilhões (mais do que o dobro em termos reais). Por outro lado, as Despesas com Urbanismo diminuíram sua representatividade de 12,5%, em 2012, para 9%, em 2017, refletindo a forte queda dos investimentos realizados na cidade. Em 2012 e 2013, os gastos ficaram em torno de R$ 1,5 bilhão, em termos reais e, em 2017, foram aplicados R$ 398 milhões (73,5% a menos).

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 13 de julho de 2018 às 02:36:34.